



PGE-SC

Procuradoria-Geral do Estado

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 207 - OUTUBRO DE 2026

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decretos.....2

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....4

Decretos.....6

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....7

Pareceres.....9

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Marcelo Mendes
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Ricardo Della Giustina



DECRETOS

DECRETO Nº 1.678**31 DE AGOSTO DE 2026**

Estabelece as medidas de apoio aos contribuintes afetados pelas tarifas de 25% (vinte e cinco por cento) impostas pela Presidência dos Estados Unidos da América (EUA) com fundamento na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.679**3 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.680**8 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.681**8 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.682**8 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.683**8 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.684**8 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.685**8 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.686**8 DE SETEMBRO DE 2026**

Introduz as Alterações 5.001 a 5.004 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.687**8 DE SETEMBRO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Chapecó. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.688**11 DE SETEMBRO DE 2026**

Designa Embaixadores Honorários do Estado de Santa Catarina, conforme especificado, com vistas ao desenvolvimento econômico, educativo e tecnológico do Estado. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.689**11 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.690**11 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.691**11 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.692**15 DE SETEMBRO DE 2026**

Regulamenta o inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 19.936, de 2026, para estabelecer critérios e procedimentos para o fomento à ampliação da infraestrutura de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), mediante a instalação de novas Estações Rádio Base (ERBs). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.693**16 DE SETEMBRO DE 2026**

Regulamenta os §§ 2º, 4º e 5º do art. 2º da Lei nº 20.059, de 2026, que dispõem sobre a instituição de comissões responsáveis pela produção e apuração dos índices "IPM Educacional" e "IPM Ambiental". ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.694**16 DE SETEMBRO DE 2026**

Declara como de interesse policial-militar as funções exercidas por policiais militares na estrutura da Secretaria de Estado da Educação (SED). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.695**17 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das

entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.696**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.697**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.698**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.699**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.700**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.701**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.703**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.704**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.705**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.706**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.707**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.708**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. ([Inteiro teor](#))

na (IMA). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.712**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Decreta Luto Oficial. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.713**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.714**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.715**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.716**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.717**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.718**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.719**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.720**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.721**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Aprova o Regimento Interno do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catari-

LEI Nº 15.492**2 DE SETEMBRO DE 2026**

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.493**2 DE SETEMBRO DE 2026**

Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.494**2 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Lei nº 14.747, de 5 de dezembro de 2023, para prever a criação de protocolos de atendimento para urgências cardiovasculares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), incluídas medidas trombolíticas em Unidade de Pronto Atendimento (UPA). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.495**3 DE SETEMBRO DE 2026**

Institui o Dia Nacional do Carreiro de Boi. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.496**3 DE SETEMBRO DE 2026**

Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert); e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.497**4 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Lei nº 15.201, de 9 de setembro de 2025, para reduzir o prazo de análise dos processos e dos serviços administrativos no âmbito do Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.498**4 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera as Leis nºs 9.289, de 4 de julho de 1996, e 11.636, de 28 de dezembro de 2007, para dispor sobre a atualização dos valores das custas judiciais no âmbito da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe) e o Fundo Especial do Superior Tribunal de Justiça (FESTJ) e destina receitas para o Fundo de Modernização do Conselho Nacional de Justiça, o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça, Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da

Defensoria Pública da União. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.499**4 DE SETEMBRO DE 2026**

Cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União (FMPU). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.500**4 DE SETEMBRO DE 2026**

Cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça, Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.501**9 DE SETEMBRO DE 2026**

Autoriza a criação do Fundo de Crédito à Exportação (FCE), e altera a Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, para autorizar a constituição de subsidiárias e controladas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para adequar normas operacionais de garantia para operações de Seguro de Crédito à Exportação. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.502**10 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.503**14 DE SETEMBRO DE 2026**

Destina recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte escolar, profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social ou econômica; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000 (Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 (Lei de Incentivo à Indústria de TV Digital), a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.504**15 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Re-data), e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.505**15 DE SETEMBRO DE 2026**

Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a Linfangioleiomiomatose. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.506**16 DE SETEMBRO DE 2026**

Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE); altera a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.507**21 DE SETEMBRO DE 2026**

Denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai na divisa entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.508**21 DE SETEMBRO DE 2026**

Extingue a Floresta Nacional de Cristópolis, localizada no Estado da Bahia, criada pelo Decreto de 18 de maio de 2001. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.509**21 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.510**21 DE SETEMBRO DE 2026**

Institui a Semana Nacional da Empresa Júnior. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.511**21 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para modificar a nomenclatura do Secretário-Geral Adjunto,

bem como a composição da Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e facultar aos Conselhos Seccionais a criação de diretorias regimentais temporárias. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.512**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.513**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para prorrogar a faculdade de dedução do imposto sobre a renda dos valores correspondentes a doações e patrocínios destinados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.514**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Confere o título de Capital Nacional do Basquete ao Município de Franca, no Estado de São Paulo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.515**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Confere o título de Capital Nacional do Pé de Moleque ao Município de Piranguinho, no Estado de Minas Gerais. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.516**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.517**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para dispor sobre os crimes de furto e roubo de

petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis fluidos carburantes, inclusive biocombustíveis, e óleos lubrificantes, bem como para tipificar novos crimes contra a ordem econômica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.518**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Institui o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.519**22 DE SETEMBRO DE 2026**

Dispõe sobre o exercício da atividade de psicopedagogia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.520**24 DE SETEMBRO DE 2026**

Cria a Universidade Federal da Fronteira Norte. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.521**24 DE SETEMBRO DE 2026**

Transforma os Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, respectivamente, na Universidade Federal de Ciência e Inovação de Minas Gerais (UFCEI/MG) e na Universidade Federal de Ciência e Inovação do Rio de Janeiro (UFCEI/RJ); e altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.522**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Dispõe sobre as diretrizes para o desenvolvimento do futebol feminino no País; e altera as Leis nºs 14.193, de 6 de agosto de 2021, 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), e 15.421, de 1º de junho de 2026. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.523**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.524**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada; e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.525**28 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para fixar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das sociedades resseguradoras locais e para afastar a incidência do adicional do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre essas sociedades, e dispõe sobre a compensação de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL por elas apurados. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.526**29 DE SETEMBRO DE 2026**

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar o marco legal do seguro rural. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.110

2 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, que regulamenta a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.111

8 DE SETEMBRO DE 2026

Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupana Igapó-Açu I, localizada no Município de Borba, Estado do Amazonas. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.112

8 DE SETEMBRO DE 2026

Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupana Igapó-Açu II, localizada nos Municípios de Beruri e Tapauá, Estado do Amazonas. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.113

8 DE SETEMBRO DE 2026

Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canaã, localizada nos Municípios de Careiro e Autazes, Estado do Amazonas. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.114

8 DE SETEMBRO DE 2026

Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mirari, localizada no Município de Humaitá, Estado do Amazonas. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.115

8 DE SETEMBRO DE 2026

Amplia o Parque Nacional de Sete Cidades, localizado nos Municípios de Brasileira e Piracuruca, Estado do Piauí. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.116

9 DE SETEMBRO DE 2026

Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização no mercado interno de gasolina e suas correntes, exceto gasolina de aviação, e de etanol hidratado combustível. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.117

11 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Beija Flor Radiodifusão Ltda. para o Diário Comunicações Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Macapá, Estado do Amapá.

([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.118

16 DE SETEMBRO DE 2026

Regulamenta a Lei nº 15.506, de 16 de setembro de 2026, para dispor sobre o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, e institui o Grupo de Assessoramento sobre Minerais Críticos e Estratégicos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.119

16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos produtores e às cooperativas de produtores de biocombustíveis destinados ao consumo final, nos termos do disposto no art. 2º, § 5º e § 6º, da Lei Complementar nº 235, de 27 de agosto de 2026. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.120

17 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a correção do valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC entre março de 2023 e agosto de 2026. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.121

21 DE SETEMBRO DE 2026

Regulamenta a Medida Provisória nº 1.391, de 11 de setembro de 2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de óleo diesel e suas correntes, com a finalidade de garantir o fornecimento de óleo diesel e suas correntes em todo o território nacional, enquanto houver instabilidade na oferta de combustíveis decorrentes de conflitos geopolíticos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.122

21 DE SETEMBRO DE 2026

Promulga o Acordo Constituinte do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe, firmado pela República Federativa do Brasil, em Roma, em 28 de outubro de 1994. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.123

21 DE SETEMBRO DE 2026

Fixa os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias nos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, no ano-base de 2026. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.124

21 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.769, de 5 de dezembro de 2025, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.125

21 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a Universidade Federal Rural de Pernambuco a alienar o imóvel que menciono, localizado no Município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.126

23 DE SETEMBRO DE 2026

Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e os Estados da EFTA, firmado pela República Federativa do Brasil, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 2025. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.127

23 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o Decreto nº 13.119, de 16 de setembro de 2026, e institui subvenção econômica extraordinária, nos termos do disposto no art. 2º, § 7º, da Lei Complementar nº 235, de 27 de agosto de 2026. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.128

28 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre o Comitê Interinstitucional de Fiscalização da Exploração e da Publicidade Ilegal de Apostas de Quota Fixa. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.129

29 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o Decreto nº 11.703, de 14 de setembro de 2023, que remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão e funções de confiança para o Ministério da Fazenda. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.130

30 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.846, de 12 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2026. ([Inteiro teor](#))

PORTARIAS

PORTARIA Nº 103

01/09/2026

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 106, § 1º, inciso ii, da lei complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e, em conformidade com o disposto no art. 117 da lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na instrução normativa SEA nº 7/2026, resolve DESIGNAR os servidores Weber Luiz de Oliveira, matrícula 384.190-1-01 e Adriano Dias de Lima, matrícula 389.048-1-01 para atuarem na qualidade de titulares, respectivamente, como Fiscal e Gestor do contrato nº 19/2026. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

processo SGP-E: PGE 4043/2026

MARCELO MENDES

procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 104/2026

03.09.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, conforme a disciplina prevista no decreto nº 1.252, de 1º de agosto de 2017 e, de acordo com o que consta dos autos pGE 4642/2026, **RESOLVE:**

art. 1º conceder horário especial à servidora Simoni AparEcida FErrEira, matrícula 677.389-3-01, ocupante do cargo de assistente Jurídico, aplicando-lhe redução da jornada de trabalho em 20% (vinte por cento), pelo período de 2 (dois) anos, sem prejuízo de sua remuneração, com efeitos a contar de 21/08/2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA CONJUNTA PGE/SEF Nº 5/2026

04.09.2026

o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO e o SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 7º, inciso i, da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005; no art. 23 da lei complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010 e, ainda, o que consta dos autos sEF 5278/2026,

RESOLVEM:

art. 1º PRORROGAR a designação de João Marcos Farias da Cunha, matrícula nº 0365386-2-02, ocupante do cargo de assistente Jurídico, lotado na procuradoria-Geral do Estado, para atuar, na condição de colaborador, na secretaria de Estado da Fazenda,

no período de 01.01.2026 a 31.12.2026. art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

CLEVERSON SIEWERT

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA GAB/PGE Nº 105/2026

16.09.2026

o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições previstas nos arts. 7º, incisos i e iii, 51, 54 e 55 da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e nos arts. 6º, incisos i, iii e XXVII, 43, 45 e 46 do regimento interno aprovado pelo decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

art. 1º dESiGnar os procuradores do Estado LiGia JanKE, procuradora-geral adjunta para Assuntos Administrativos, RiCardo DElla GiUsTina, procurador-Geral adjunto para Assuntos Jurídicos, e Fillipi SpECiaLSKi GUErra, procurador-chefe da Procuradoria do Contencioso, para, sob a presidência da primeira, integrarem a comissão encarregada do processo de remoção de que trata o Edital nº 9/2026-PGE.

art. 2º o processo de remoção reger-se-á nos termos do Edital nº 9/2026-pGE, constante no anexo da presente portaria.

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 107/2026

21.09.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso ii do art. 4º do Decreto nº 1.860/2022,

RESOLVE:

art. 1º DESiGnar GuiHERmE WEnDHauSEn PErEira, matrícula nº 393.645-7-01, Gerente de Gestão de pessoas, para responder cumulativamente pela função gratificada de Gerente de administração e Finanças, nível FG-2, da PGE, em substituição ao titular, ValÉrio DE SoUZa MichELS, matrícula nº 167.751-9-01, durante o usufruto de férias, no período compreendido entre os dias 21/09/2026 a 10/10/2026.

art. 2º Ficam delegadas ao substituto, durante o período de substituição, as competências de ordenador secundário previstas na portaria GAB/PGE nº 95, de 19.08.2025.

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 108/2026

28.09.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições previstas no art. 54 e seguintes da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º Fica homologado o resultado do processo de remoção deflagrado pelo Edital nº 9/2026-PGE, em que foram declarados habilitados os seguintes procuradores do Estado nas respectivas lotações:

PROCURADOR	LOTAÇÃO
JULIO FIGUEIRÓ MELO	Procuradoria Regional de Blumenau
JOÃO RODRIGO TEIXEIRA MOTA	Procuradoria Regional de Criciúma
LUCAS BATISTA BASTOS	Procuradoria Regional de Blumenau
ANNA KAROLINA DA SILVA OEN-NING	Procuradoria Regional de Rio do Sul
SAMIRA HACHEM FRANCO COSTA	Procuradoria Regional de Lages
PHELIPE MONTEIRO MASTRA FONTOURA	Procuradoria Regional de Lages
RAYNON DE ALENCAR FORTALEZA MARTINIANO DE SOUSA	Procuradoria Regional de Joaçaba

art. 2º o início do exercício no órgão de execução de destino e o período de trânsito serão fixados em ato próprio do procurador-geral do Estado, que poderá escaloná-los na medida necessária a assegurar a continuidade do serviço.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 109/2026

29.09.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Luana de Freitas Vignola, Procuradora do Estado, matrícula nº 645.034-2-02, como Coordenadora do Núcleo de Gestão de Execuções de Sentença (GESEN), em substituição à Nataniel Martins Manica, matrícula nº 384.599-0-02, durante o usufruto de férias, no período compreendido entre os dias 30/09/2026 a 09/10/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 110/2026

29.09.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no

uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar designado LEONARDO JENICHEN DE OLIVEIRA, matrícula nº 634.676-6-01, como Coordenador da Procuradoria do Patrimônio (PROPAT), durante o afastamento de MÁRIO SÉRGIO SIMAS, matrícula nº 961.856-2-01, no período compreendido entre os dias 08/09/2026 a 22/09/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PARECERES

PARECER Nº 396-2026-PGE

Referência: PGE 8548/2021

Assunto: Minuta do 2o Termo Aditivo ao Convênio PGE/UFSC 001/2023

Origem: Centro de Estudos (CEST)

Interessado: Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Autor: André Doumid Borges

Ementa: Minuta do 2o Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a PGE e a UFSC 001/2023. Prorrogação da vigência do Convênio para execução do Programa de Pós-Graduação em Direito na modalidade Mestrado Profissional. Plano de Trabalho com cronograma atualizado. Permissivo dos arts. 42 do Decreto Estadual n. 733/2024 e 65, II, “b”, da Lei n. 8.666/93. Inexistência de óbices jurídicos.

PARECER Nº 344/2026-PGE/COJUR/SEF

Referência: SEF n. 11979/2026.

Assunto: Consulta.

Origem: Diretoria de Administração Tributária.

Autora: Vitória Regina Muller Santos

Ementa: Direito constitucional e administrativo. Reforma tributária. Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS). Acordo de adesão para cooperação interfederativa preparatória à cessão de servidores. Lei Complementar federal n. 227, de 2026. Instrumento transitório e excepcional, que não constitui, por si, ato de cessão ou de disposição de servidor. Distinção entre cooperação técnica e movimentação funcional. Lei estadual n. 6.745, de 1985, e Decreto estadual n. 336, de 2019. Interesse público direto do Estado de Santa Catarina na composição do Comitê, entidade por meio da qual exerce competência administrativa sobre tributo cujo produto lhe é destinado. Ônus financeiro. Possibilidade de o Estado arcar com a remuneração dos servidores durante a fase cooperativa, até que sobrevenha a cessão formal e a respectiva regulamentação, quando o ônus passará ao CGIBS, na forma do art. 2o, § 6o, da Lei Complementar federal n. 227, de 2026. Configuração de cessão de fato na hipótese de transferência material da força de trabalho, com incidência integral do regime da disposição. Autorização prévia do Governador do Estado, exigida pelo art. 11 do Decreto estadual n. 336, de 2019. Designação individualizada e motivada. Anuência prévia do servidor. Remessa à Procuradoria-Geral do Estado. Viabilidade jurídica da adesão, condicionada às cautelas indicadas.

PARECER Nº 398/2026-PGE

Referência: PGE 9396/2023.

Assunto: Minuta do 1o Termo Aditivo ao Convênio PGE/UNIVALI.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Autor: André Doumid Borges

Direito Administrativo. Convênios administrativos. Minuta do 1o Termo Aditivo ao Convênio PGE/UNIVALI, celebrado com fundamento no § 4o do art. 53 da Lei no 14.133/2021. Inclusão da modalidade de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da UNIVALI. Padronização terminológica e inserção de cláusulas de proteção de dados pessoais (Lei no 13.709/2018) e de integridade e anticorrupção (Lei no 12.846/2013). Fundamento no art. 124, II, “b”, da Lei no 14.133/2021 e, subsidiariamente, no art. 42 do Decreto Estadual no 127/2011. Ausência de modificação do objeto e da vigência do ajuste. Inexistência de óbices jurídicos à celebração, observadas as ressalvas de ordem redacional e de confirmação técnica.

PARECER Nº 405/2026-PGE

Referência: SAPE 1501/2026

Assunto: Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral

Origem: Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

DIREITO ADMINISTRATIVO E ELEITORAL. CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS. ANO ELEITORAL. Lei n. 9.504/1997 (artigo 73, VI, “a”, e §10). Aplicabilidade ao caso concreto. Desnecessidade de submissão ao Conselho Superior, se aprovado o presente parecer (artigo 20, VI, “b”, da Lei Complementar Estadual n. 317/2005).

PARECER Nº 393/2026-PGE/COJUR/SEF

Referência: SEF n. 15365/2026

Assunto: Manifestação jurídica acerca da Lei estadual n. 19.460, de 2025, que autoriza o Estado de Santa Catarina a prestar contragarantia na operação de crédito externo Celesc – BID II.

Origem: Gerência de Captação de Recursos (GECAR)

Autora: Vitória Regina Muller Santos

Ementa: Direito econômico e financeiro. Operação de crédito externo a ser celebrada entre a Celesc Distribuição S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Contragarantia prestada pelo Estado de Santa Catarina à União. Responsabilidade solidária assumida perante o BID pelas obrigações contratuais não financeiras da

mutuária. Arts. 1o e 4o da Lei estadual n. 19.460, de 2025. Dispositivos que disciplinam relações jurídicas distintas. Compatibilidade. Aplicabilidade dos fundamentos adotados no Parecer n. 127/18-PGE. Garantia do aporte de contrapartida por parte da mutuária compreendida na autorização do art. 4o. Exame da legalidade das obrigações veiculadas nas minutas contratuais reservado a manifestação própria, na forma do item 5 da Informação n. 108/2026/SEF/GECAR. Remessa à Procuradoria-Geral do Estado.

PARECER Nº 408/2026-PGE

Assunto: Ofício no 1336/SCC-DIAL-GEMAT. Solicitação de consulta em pedido de diligência a respeito de Projeto de Lei Complementar n. 0003/2026, de origem parlamentar, que “Restabelece, no âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina, a contagem do tempo de serviço suspensa durante a vigência da Lei Complementar Federal no 173, de 27 de maio de 2020, e disciplina o reconhecimento e o pagamento dos direitos funcionais correspondentes”.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Diligência. Projeto de Lei Complementar n. 0003/2026, de iniciativa parlamentar, que “Restabelece, no âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina, a contagem do tempo de serviço suspensa durante a vigência da Lei Complementar Federal no 173, de 27 de maio de 2020, e disciplina o reconhecimento e o pagamento dos direitos funcionais correspondentes”. 1. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria inserida na competência legislativa do Estado sobre regime jurídico e remuneração de seus próprios servidores, no exercício de sua autonomia organizacional (art. 25 da CRFB). 2. Constitucionalidade formal subjetiva. Usurpação da iniciativa privativa do Governador do Estado (art. 61, § 1o, II, “a” e “c”, da CRFB; art. 50, § 2o, II e IV, da CESC). Matéria de regime jurídico e remuneração de servidores públicos estaduais. Inaplicabilidade da exceção do Tema 917 de repercussão geral do STF (ARE 878.911/RJ). 3. Constitucionalidade formal objetiva. Vício autônomo e cumulativo em relação ao vício de iniciativa. Ausência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT e pelo art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000. 4.

Constitucionalidade material. Compatibilidade do conteúdo normativo com o direito adquirido, a irredutibilidade de vencimentos e a isonomia (arts. 5º, XXXVI e caput, e 37, XV, da CRFB). Risco condicional quanto aos limites de despesa com pessoal (art. 169 da CRFB). 5. Legalidade.

Incompatibilidade com os arts. 16, 17 e 21 da Lei Complementar no 101, de 2000, por ausência dos pressupostos de instrução exigidos para a criação de despesa obrigatória de caráter continuado. Matéria de mérito técnico-financeiro submetida a diligência específica da Secretaria de Estado da Fazenda. 6. Recomendação de não prosseguimento da proposição nos termos em que se encontra.